

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RAFAEL PEIXOTO DE CARVALHO

GUERRA CIVIL DA NIGÉRIA, DE 1967 A 1970:

Uma análise à luz da teoria do Choque de Civilizações.

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2023

CC RAFAEL PEIXOTO DE CARVALHO

GUERRA CIVIL DA NIGÉRIA, DE 1967 A 1970:

Uma análise à luz da teoria do Choque de Civilizações.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF RAFAEL DE AZEVEDO PEREIRA

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, por cada conquista, por cada ensinamento e pela presença ao meu lado, que permitiram confeccionar este trabalho com saúde e perseverança.

Ao meu filho Lucas, agradeço o mar infinito de demonstrações de carinho e superação durante os últimos dois anos, em que enfrentou, com altivez e maturidade de uma alma desenvolvida e muito especial, um dos maiores desafios de saúde deste milênio. Por ele, passei a ver a vida por um novo prisma.

À minha amada esposa Renata, pela paciência, carinho e preocupação diuturna, assumindo sozinha, muitas funções que devem ser compartilhadas, permitindo um tempo disponível para que eu pudesse me dedicar a esta dissertação.

Aos meus pais, Antonio e Sueli, que tanto se dedicaram, em prol da minha formação acadêmica e, principalmente, de caráter.

Ao meu orientador Comandante Azevedo, pelas correções de rumo, apoio, disponibilidade e orientações que permitiram uma navegação segura durante a confecção deste trabalho.

À Escola de Guerra Naval, pelos ensinamentos transmitidos no C-EMOS 2023.

RESUMO

A Nigéria é o país mais populoso da África, e está inserida no continente, como uma potência econômica. O país é caracterizado pela diversidade étnica, onde centenas de tribos convivem dentro de sua fronteira, como resultado da colonização britânica, ocorrida no final do século XIX e início do século XX. Após o período colonial, em 1960, a Nigéria tornou-se independente, vivenciando um cenário político instável, caracterizado por conflitos internos. O objetivo desta pesquisa é identificar os fatores que contribuíram para a eclosão da Guerra Civil da Nigéria ou Guerra Civil de Biafra, ocorrida entre 1967 e 1970, a fim de verificar se as diferenças culturais entre as diversas tribos, que ali habitavam, foram preponderantes para a ocorrência desse conflito, conforme é apontado na Teoria do Choque de Civilizações. Esta teoria, de autoria de Samuel Huntington, buscava entender no mundo pós-guerra fria, os novos padrões, de colaboração e conflito, entre atores internacionais, fundamentados nas similaridades e diferenças culturais. Para alcançar aquele objetivo, utilizou-se um desenho de pesquisa baseado em um confronto entre a teoria citada e a realidade observada na Guerra Civil da Nigéria. Concluiu-se que as raízes étnicas das tribos pertencentes ao território nigeriano, reforçadas pela influência religiosa, foram os fatores determinantes para a ocorrência do conflito estudado.

Palavras-chave: Nigéria; Guerra Civil; Biafra; Diversidade étnica; Choque de Civilizações.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição das Civilizações, segundo Samuel Huntington.....	43
Figura 2 – As três Regiões da Nigéria após a independência, em 1960.....	43
Figura 3 – África do Norte e África Subsaariana (ou África Negra)	44
Figura 4 – República de Biafra.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª GM – 1ª Guerra Mundial

2ª GM – 2ª Guerra Mundial

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

FMG – Governo Militar Federal da Nigéria

OCI – Organização da Conferência Islâmica

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organizações das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES.....	10
2.1 A TEORIA.....	10
2.2 LINHAS DE FRATURA E SEUS CONFLITOS.....	15
2.3 CRÍTICAS À TEORIA.....	17
3 GUERRA CIVIL DA NIGÉRIA (OU GUERRA DE BIAFRA)	20
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	20
3.2 O ISLÃ E O CRISTIANISMO NA NIGÉRIA.....	24
3.3 A REVOLUÇÃO POLÍTICA AFRICANA.....	26
3.4 A GUERRA CIVIL.....	27
4 O CONFRONTO ENTRE A TEORIA E A REALIDADE DA GUERRA CIVIL DA NIGÉRIA.....	33
4.1 A LOCALIZAÇÃO DA GUERRA.....	33
4.2 AS RAÍZES ÉTNICAS, CULTURAIS E RELIGIOSAS.....	34
4.3 A HERANÇA COLONIAL E OS INTERESSES ECONÔMICOS.....	35
5 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS	41
ANEXO A	43

1 INTRODUÇÃO

A África é um continente de notável diversidade cultural, paisagens magníficas e uma história ancestral que remonta há milênios. No entanto, apesar de sua riqueza, é um continente retratado em muitos livros e artigos, a partir dos desafios socioeconômicos e pelas tragédias decorrentes dos conflitos que ali ocorreram. A maioria dos países africanos conquistou sua independência há pouco mais de 60 anos. A África pré-colonial era palco de inúmeras rivalidades e conflitos entre os diversos grupos étnicos, tribos e clãs, que lutavam para preservar ou expandir seus territórios.

Com o processo de descolonização, a partir da década de 1950, as sociedades africanas acreditaram que a independência traria melhorias significativas nas condições socioeconômicas. No entanto, nem sempre isso foi uma verdade, pois muitos países, que acabaram de conquistar sua independência, depararam-se com um novo desafio: a instabilidade interna que, em alguns casos, escalava para uma verdadeira guerra civil. Este é o caso da Nigéria, que após sete anos de sua independência da colonização britânica, vivenciou uma guerra civil, ou como também ficou conhecida, a Guerra de Biafra, ocorrida entre 1967 e 1970.

Como arcabouço teórico, nos debruçaremos sobre a teoria do Choque de Civilizações, de Samuel Huntington¹. O propósito deste trabalho será de verificarmos se o conflito em questão, teve aderência ao modelo teórico de Huntington, o qual define a preponderância dos conflitos, centrados em questões culturais. Para o atingimento deste propósito, abordaremos os pressupostos teóricos e as causas que contribuíram para a eclosão da Guerra Civil da Nigéria, de forma a conseguirmos confrontar a teoria com a realidade. A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de confirmarmos, se o conflito em tela, ocorreu entre povos originários de diferentes culturas, permitindo que este trabalho possa avolumar as expectativas de identificar os locais prováveis de deflagração de futuros conflitos, confirmando a teoria que estudaremos.

¹ Samuel Huntington (1927-2008): foi um cientista político norte-americano. O conceito do choque de civilizações apareceu pela primeira vez em seu artigo publicado em 1993, na revista *Foreign Affairs*. Em 1996, Huntington ampliou sua tese no livro "The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order" (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/search?query=samuel+huntington>, acesso em: 10 de junho de 2023).

Esta pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, incluindo esta Introdução como sendo o primeiro. No capítulo dois, abordaremos a fundamentação da teoria de Huntington, extraíndo os conceitos mais importantes, como “civilizações” e “linhas de fratura”, bem como as características dos conflitos que representam o confronto entre diferentes civilizações. Ao final deste capítulo, relacionaremos algumas visões antagônicas de alguns críticos à teoria em questão.

No capítulo três, analisaremos a Guerra Civil da Nigéria ocorrida entre 1967 e 1970, objeto de estudo deste trabalho. Contextualizaremos a história da formação do país, passando pela colonização, independência até chegarmos à eclosão do conflito em si. Abordaremos as origens desta guerra, com base na cultura e religião das tribos integrantes da população nigeriana, e suas influências na guerra civil.

No capítulo quatro, confrontaremos a teoria de Huntington com a Guerra Civil da Nigéria, buscando analisar a localização do conflito sobre uma linha de fratura, as raízes étnicas, culturais e religiosas do conflito, bem como a herança colonial e interesses econômicos na região.

Por fim, no último capítulo, buscaremos expor uma conclusão com base na análise das evidências levantadas, a fim de alcançar o propósito deste trabalho, ao responder o questionamento proposto, qual seja: há aderência da Guerra Civil da Nigéria ao modelo teórico de Huntington, o qual define a preponderância dos conflitos, centrados em questões culturais? Adicionalmente, apresentaremos uma possível futura linha de pesquisa, com implicações para o Brasil.

2 TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Neste capítulo apresentaremos a fundamentação teórica desta dissertação, denominada Teoria do Choque de Civilizações, de autoria de Samuel Huntington. Abordaremos, inicialmente, o significado dedicado por Huntington ao termo “civilizações”, a fim de compreender sua teoria e poderemos caracterizar os conflitos que ocorrem nas regiões de contato entre essas civilizações, as chamadas “linhas de fratura”. Estudaremos todas as características de um conflito intercivilizacional, determinadas na teoria de Huntington. Isso permitirá identificarmos e compararmos, os conflitos que ocorrem nestas regiões com a Guerra Civil da Nigéria, objeto desta pesquisa. Ao final deste capítulo também faremos uma contraposição à teoria do Choque de Civilizações, com abordagens de alguns críticos.

2.1 A TEORIA

Para melhor entendermos a teoria do Choque de Civilizações, é importante a ideia do autor quando se apropria do termo “civilizações” em oposição à “civilização”. Para Huntington, a etimologia da palavra “civilização” estaria relacionada com a imagem de uma sociedade civilizada, em oposição a uma sociedade primitiva. O conceito de civilização foi desenvolvido por diversos pensadores franceses do século XVIII, dentre os quais destacamos Rousseau², que caracterizou os indivíduos em seu estado natural. Para esse pensador, os indivíduos são compelidos a superar obstáculos, que só podem ser sobrepujados por agregação, e assim os homens se unem, constituindo uma soma de força que os fazem agir de comum acordo – é o contrato social (ROUSSEAU, 2002). Este modo de pensar, contrapõe a civilização ao conceito de “barbárie” (HUNTINGTON, 2011). Finalmente, a partir do momento que se usava a palavra “civilizações”, no plural, significava a renúncia a uma civilização definida como a ideal, aceitando que não havia um padrão único para o que era civilizado, e sim, várias civilizações, cada uma das quais, civilizada à sua maneira (HUNTINGTON, 2011). A partir dessa diferenciação, poderemos explorar a teoria do Choque de Civilizações, nos

² Jean Jacques Rousseau (1712-1778): foi um filósofo, escritor e teórico político suíço. Seu pensamento marcou o fim do Iluminismo europeu, a “Era da Razão” (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/search?query=rousseau>, acesso em: 10 de junho de 2023).

limitando dentro do conceito de “civilizações”, no plural, a fim de realçarmos as diferenças entre culturas e identidades, que contribuem para a ocorrência dos conflitos.

O ponto fundamental na teoria de Huntington, é a preponderância dos conflitos centrados em questões culturais. Em seu artigo publicado na revista estadunidense *Foreign Affairs*, em 1993, o autor sintetiza:

É minha hipótese que a fonte fundamental do conflito neste novo mundo não será primariamente ideológica ou principalmente econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte dominante de conflitos serão culturais. Os Estados-nação continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global surgirão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de falha entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro (HUNTINGTON, 1993, p. 1).³

Depreendemos dessa citação, que as diferenças culturais passam a sobrepujar as questões ideológicas ou econômicas. O autor ressignificou as complexas relações no mundo que observava com o término da guerra fria (1947-1991), ao interpretar em sua teoria, o que estava embutido nas relações intercivilizacionais.

Ao citar ideologia e cultura, devemos aqui fazer uma pausa e as diferenciarmos. Segundo Terry Eagleton⁴, há seis maneiras diferentes de conceituar ideologia. Escolhemos a que nos permite um melhor entendimento na sua diferenciação com a cultura: “ideologia é um processo de produção de ideias, crenças e valores na vida social”⁵ – é uma visão de mundo. Essa acepção de ideologia não abarca integralmente o conceito de “cultura”, pois a cultura como definição antropológica, engloba todas as práticas de vida, o que nos remete ao passado, às origens e as características do ser humano (EAGLETON, 1991). Portanto, a ideologia é afim a um processo contínuo, enquanto a cultura é intrínseca ao passado, ao início de cada uma das civilizações.

³ It is my hypothesis that the fundamental source of conflict in this new world will not be primarily ideological or primarily economic. The great divisions among humankind and the dominating source of conflict will be cultural. Nation states will remain the most powerful actors in world affairs, but the main conflicts of global politics will arise between nations and groups of different civilizations. The clash of civilizations will dominate global politics. The fault lines between civilizations will be the battle lines of the future (HUNTINGTON, 1993, p. 1).

⁴ Terry Eagleton (1943-): é um filósofo, professor e crítico literário britânico. É considerado um dos pais dos Cultural Studies - escola que emergiu na Inglaterra, nos anos de 1950, que trata de assuntos sobre cultura, política e religião (FRONTEIRA, 2023). Disponível em: <https://www.fronteras.com/descubra/pensadores/exibir/terry-eagleton>, acesso em: 24 de junho de 2023).

⁵ Eagleton, 1991, p.16.

Huntington visualiza a sociedade mundial dividida em oito civilizações bem definidas: Africana, Chinesa, Eslava, Hindu, Islâmica, Japonesa, Latino-Americana e Ocidental (HUNTINGTON, 2011). Estas civilizações estão distribuídas pelo mundo, originando os pontos de contato, denominados de linhas de fratura, a serem exploradas mais à frente em nosso trabalho. Essas linhas de contato são culturais, e não necessariamente coincidentes com as fronteiras políticas dos Estados (VESENTINI, 2012).

Os países que abrangem territorialmente as linhas divisórias entre as civilizações enfrentam problemas específicos para manter sua unidade (HUNTINGTON, 2011). Este é o caso da Nigéria, em que o autor constata que a divisão civilizacional atormenta sua política até os dias atuais e estimulou uma guerra de secessão na década de 1960.

Huntington em sua obra, define também outro conceito importante, são os Estados-Núcleos. O autor os define como sendo os países centrais, líderes de seus respectivos blocos civilizacionais, representando assim uma nova categoria de poder, diferente das superpotências da guerra fria. Cada um desses Estados-Núcleos representa seu “bloco civilizacional”, servindo como mediadores nos conflitos internos ao seu bloco e intercivilizacionais (HUNTINGTON, 2011). A partir desta citação, convicção de que os blocos civilizacionais africano, islâmico e latino-americano, não possuem claramente definido seu núcleo, a resolução dos conflitos envolvendo tais blocos se apresenta mais difícil.

No que tange aos demais blocos, consegue-se destacar um Estado-Núcleo: China (Chinesa), Rússia (Eslava), Índia (Hindu), Japão (Japonesa) e Estados Unidos / União Europeia (Ocidental) (VESENTINI, 2012). Para Huntington, a busca pela determinação dos Estados-Núcleos em todos os blocos ajudaria a resolver conflitos. Outrossim, o autor sugere que cada um poderia representar sua civilização a partir de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Porém, apenas três o fazem: Estados Unidos, China e Rússia. Concluímos ser possível uma mediação mais eficiente, nos conflitos que envolvam Estados integrantes de diferentes civilizações, caso todas obtivessem sua representatividade no CSNU, por meio de seu Estado-núcleo. Para Huntington, as três civilizações: islâmica, africana e latino-americana, que não possuem um Estado-Núcleo, poderiam ter seu representante escolhido, pela Organização da Conferência Islâmica (OCI), Organização da Unidade Africana (OUA) e Organização dos Estados Americanos (OEA), com a abstenção dos Estados Unidos (HUNTINGTON, 2011). Ressaltamos que Huntington contemplou em sua

sugestão, as civilizações japonesas e hindu, as quais entendemos que também poderiam ser representadas no CSNU, atendendo a todas as civilizações vislumbradas pela teoria de Huntington.

Em sua obra, Huntington cita a posição do Brasil, que apresentou uma sugestão de inclusão de mais cinco novos membros permanentes no CSNU, ainda que, sem poder de veto: Alemanha, Japão, Índia, Nigéria e ele próprio. Isso, no entanto, deixaria um bilhão de muçulmanos⁶ do mundo sem representação, exceto se a Nigéria assumisse essa responsabilidade (HUNTINGTON, 2011). Veremos no capítulo três deste trabalho, a influência do Islamismo e Cristianismo sobre as tribos contidas dentro das fronteiras políticas na Nigéria, delimitadas pelos colonizadores britânicos, e isso nos permitirá avaliarmos se o país tem uma característica única como civilização, ou está dividido.

Consideraremos, neste momento, as causas e origens dos conflitos, buscando entender a implicação das raízes culturais, na cooperação ou na disputa internacional entre países. Organizações internacionais que se baseiam em países com similaridades culturais, como a União Europeia, geralmente apresentam maior sucesso do que aquelas que buscam transcender as diferenças culturais (HUNTINGTON, 2011). Destarte, o autor enumera alguns motivos que o levaram a esta conclusão. Tendo em vista o escopo deste trabalho, ampliaremos dois desses motivos: o primeiro, relacionado a identidade em qualquer nível, e o segundo motivo, relacionado a própria natureza das fontes dos conflitos entre Estados ou grupos de diferentes civilizações.

No primeiro motivo, a identidade – pessoal, tribal, racial, civilizacional – só pode ser definida em relação a um “outro”, a uma pessoa diferente, a uma tribo, a uma raça ou a uma civilização. É a dialética que rege os códigos separados: aqueles que são “como nós”, e os “bárbaros”, que não são. Com o desenvolvimento tecnológico, as melhorias nos transportes e nas comunicações produzem interações mais frequentes, mais intensas entre pessoas de diferentes civilizações. Como resultado, suas identidades civilizacionais tornam-se cada vez mais evidentes, intensifica uma consciência mais profunda das diferenças civilizacionais e da necessidade de proteger o que distingue “nós” de “eles” (HUNTINGTON, 2011).

No segundo motivo, a natureza das fontes dos conflitos está relacionada ao controle de pessoas, de território, de riqueza e de recursos. É o que chamamos de poder relativo.

⁶ Muçulmano: é a pessoa cuja religião é o Islã, é um seguidor do Islã (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/dictionary/Muslim>, acesso em: 24 de junho de 2023).

Diferenças de interesse material podem ser negociadas e muitas vezes resolvidas por meio de concessões. Entretanto, as questões culturais, ou seja, a capacidade de impor os próprios valores e cultura, envolvem uma escolha de sim ou não, de soma zero (HUNTINGTON, 2011). Em síntese, o autor abrevia ser intrínseco ao ser humano, o sentimento de odiar. Analogamente, quando os Estados ou grupos pertencem a uma cultura comum, é estimulada a cooperação entre eles, sendo mais fácil o “cooperar”, fato observado nos padrões emergentes de associações regionais entre países, particularmente na área econômica (HUNTINGTON, 2011).

A cultura na arena internacional contribui para o entendimento dos processos de cooperação ou para assinalar a contradição. É o processo de universalização de um conjunto de ideias e as particularidades de diferentes grupos sociais. (HERTZ, 1997). Estes motivos apresentados por Huntington nos permitem concluir que há uma robustez na argumentação desses conflitos intercivilizacionais, ao considerar a identificação primária entre povos advinda de suas histórias no passado, impactando em costumes, crenças e desejos, reforçando os papéis da cultura e da identidade na configuração da arena internacional.

Contextualizando à teoria de Huntington, inicialmente ensaiada em 1993, o cenário era o pós-guerra fria, no final da década de 1980. Neste momento, os conflitos entre os povos passavam a um enfoque majoritário sobre culturas, com base nas suas histórias e religiões, se afastando da política e da economia (HUNTINGTON, 2011). O fim da guerra fria não acabou com os conflitos globais, mas deu origem a novas identidades baseadas nessas diferenças culturais e a novos padrões desses conflitos, que em um nível mais amplo podemos defini-los como os choques entre civilizações, moldando padrões de coesão, desintegração e conflito nesse mundo pós-guerra fria (HUNTINGTON, 2011). A formação dessas identidades diversificadas e a cultura tornam-se variáveis endógenas às análises das instituições internacionais (HERTZ, 1997). A cultura e as identidades em um mundo cada vez mais globalizado e conectado, não podem deixar de ser consideradas nos conflitos.

Finalmente, Huntington entende que o mundo não pode ser um e fundamentalmente dividido entre leste e oeste, ou norte e sul. Na verdade, são 193 estados⁷, ou ainda, um número quase infinito de tribos, grupos étnicos e nacionalidades. Isto posto, é desta forma que o autor reparte o mundo em termos de oito civilizações, em um cenário que fornece

⁷ Em 1996, ano de publicação do livro “The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order”, de Samuel Huntington, eram 184 Estados membros da Organização da Nações Unidas (HUNTINGTON, 2011).

uma estrutura inteligível, permitindo ao compreender o mundo, distinguir o que é importante, do que não é importante entre os conflitos que se multiplicam, prevendo desenvolvimentos futuros e fornecendo diretrizes para os formuladores de políticas (HUNTINGTON, 2011).

Em complemento aos elementos da teoria apresentados até aqui, ampliaremos o conceito de linhas de fratura e caracterizaremos os conflitos localizados nestas regiões, na busca de um arcabouço para um futuro confronto com os fatos observados e relatados referentes à Guerra Civil da Nigéria, no capítulo quatro deste trabalho.

2.2 LINHAS DE FRATURA E SEUS CONFLITOS

O choque de civilizações, a que se refere Huntington é, portanto, um conflito tribal, que tende a ocorrer nas linhas de contato intercivilizacionais, denominadas linhas de fratura ou de cisão (Fig. 1 – anexo A). Apoiados sobre os dois motivos abordados na seção anterior, que nos fizeram entender a implicação das raízes culturais, na cooperação ou na disputa internacional entre países, concluímos que duas civilizações diferentes até podem formar conexões e coalizões táticas, porém serão limitadas. Essas relações serão frias e, por vezes, até mesmo, hostis (HUNTINGTON, 2011). O autor grada as relações intercivilizacionais variando de distantes a violentas, classificando como “paz fria”⁸, guerra fria, guerra comercial, quase-guerra, paz inquieta, relações conturbadas, rivalidade intensa, coexistência competitiva, corrida armamentista, enfim, termos possíveis para descrever as prováveis relações entre diferentes civilizações.

Para Huntington, os conflitos entre as civilizações, consideradas as últimas formas de tribos humanas, podem ocorrer de duas maneiras: no nível local, onde os conflitos podem ocorrer dentro do mesmo Estado ou entre grupos que buscam a criação de um novo Estado, como na ex-União Soviética e na Iugoslávia; e no nível global, onde os conflitos podem ocorrer entre os Estados que compõem diferentes civilizações, muitas vezes relacionados a influência em organizações internacionais, questões militares, políticas, econômicas, culturais ou ainda, ocasionalmente, territoriais. É a “internacionalização” dos conflitos das linhas de fratura. Em ambos os níveis, os conflitos podem envolver grupos situados em áreas

⁸ Paz fria: termo cunhado por Boris Yeltsin para o futuro das relações entre a Rússia e o Ocidente, pós-Guerra fria (HUNTINGTON, 2011).

geográficas diferentes, até mesmo separadas dentro de um mesmo Estado (HUNTINGTON, 2011). Na Guerra Civil da Nigéria, delimitaremos a região sob a qual o conflito se concentrou, buscando evidenciar a presença de diferenças culturais entre os partícipes, em confirmação à teoria de Huntington.

Conflitos nas linhas de fratura se diferenciam dos conflitos comuns, e para entender melhor, Huntington exemplifica um conflito comum, onde o Grupo A está lutando contra o Grupo B, e os Grupos C, D e E não têm motivos para se envolver, a menos que A ou B ataquem diretamente os interesses de C, D ou E. Em uma guerra de linha de fratura é diferente, o Grupo A1 está lutando contra o Grupo B1 e cada um tentará expandir a guerra e mobilizar o apoio dos grupos de mesma identidade cultural: A2, A3, A4 e B2, B3 e B4 (HUNTINGTON, 2011). Portanto, os conflitos sobre as linhas de fratura, por vezes, podem receber apoios externos que se identificam com a cultura de um dos lados do conflito. Analisaremos por esse prisma no capítulo três deste trabalho.

A “internacionalização” dos conflitos das linhas de fratura, citada anteriormente, é a confirmação desse apoio. Redes internacionais se desenvolvem para fornecerem esse apoio e sustentarem os beligerantes, prolongando o conflito. A “kin-country syndrome”⁹, no entendimento de Hugh Greenway, é uma característica central dos conflitos de linha de fratura do século XX. Os conflitos mais generalizados, importantes e perigosos, não serão entre classes sociais ou grupos economicamente definidos, mas entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. Isto posto, a violência entre Estados e grupos de diferentes civilizações, possuem o potencial de escalada à medida que outros Estados e grupos dessas civilizações se unirem para apoiar seus “países parentes” (GREENWAY, 1992). Essa argumentação alinha-se diretamente à teoria de Huntington, o que novamente reforça a importância de analisarmos, no capítulo três deste trabalho, os apoios externos, militar e humanitário, prestados durante a Guerra Civil da Nigéria, que contribuiu para aumentar o esforço de guerra de ambos os lados, prolongando o conflito.

Por fim, mais uma característica particularista dos conflitos nas linhas de fratura, apesar de não envolver questões ideológicas ou políticas mais amplas, não inviabiliza

⁹ Termo usado por Hugh David Scott Greenway (1935-), jornalista norte-americano, em artigo publicado no Boston Globe em dezembro/1992, após observar diversos conflitos, a exemplo da guerra que estava ocorrendo na Bósnia, tendo efeitos em cascata muito além dos Bálcãs. Os russos intervieram em várias ocasiões nos Bálcãs para proteger os eslavos cristãos ortodoxos (The Kin-Country Syndrome. Disponível em: http://bostonglobe.newspapers.com/?query=kin%20country&dr_year=1992-1992, acesso em: 06 de maio 2023).

preocupações humanitárias, pois tendem a ser cruéis e sangrentos, já que questões fundamentais de identidade estão em jogo (HUNTINGTON, 2011). O autor ainda caracteriza esses conflitos com a tendência de serem longos, podendo ser interrompidos por tréguas ou acordos, mas estes tendem a se romper e o conflito recomeçar. A vitória militar decisiva de um lado, em uma guerra civil de identidade, aumenta a probabilidade de genocídio (HUNTINGTON, 2011). Concluímos que os conflitos próximos das linhas de fratura possuem maiores potenciais de longevidade e gravidade. Nestes conflitos, enraizados por laços culturais que advém do passado, as hostilidades podem ser extrapoladas para além dessas regiões, a partir da identificação entre povos distantes. Essa constatação tem como fundamentos, a evolução da tecnologia e o desenvolvimento de transportes e meios de comunicação. Contudo, a teoria de Huntington possui algumas fragilidades, sob a perspectiva de alguns autores, dos quais selecionamos três, que apresentam óticas diferentes entre si, contudo todas são críticas à teoria do Choque de Civilizações, abordadas na próxima seção.

2.3 CRÍTICAS À TEORIA

O primeiro teórico que abordaremos é Fukuyama¹⁰. Seus argumentos, que se contrapõem à teoria do Choque de Civilizações, vieram antes mesmo da publicação de Huntington, mais precisamente quatro anos antes, em 1989, em seu artigo publicado na revista estadunidense “The National Interest”. Fukuyama buscava confirmar a direcionalidade da história, em contraposição a uma ideia cíclica, na qual as organizações sociais eram repetidas ao longo da história (FUKUYAMA, 1992). O autor pressupõe que a humanidade não retorna periodicamente ao mesmo estado de ignorância. A ciência natural (exemplo usado pelo autor) sempre produzirá mudança histórica direcional, ao menos de duas formas: pela competição militar ou pelo desenvolvimento econômico (FUKUYAMA, 1992). Por esse prisma, a teoria do Choque de Civilizações apresentaria uma visão simplificada e determinista da história, enquanto a progressão direcional da evolução humana, para Fukuyama, teria chegado ao fim com a democracia liberal e o mercado livre

¹⁰ Yoshihiro Francis Fukuyama (1952-): é um filósofo e economista político nipo-estadunidense. Doutor em ciência política e professor de economia política internacional, em Washington. ficou mundialmente conhecido em 1989, ao lançar um artigo intitulado “O Fim da História”, transformado em livro em 1992, chamado de “O Fim da História e o Último Homem”. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/search?query=francis+fukuyama>, acesso em: 25 de junho de 2023).

(FUKUYAMA, 1992). Em que pese ainda restar dois desafios: o fundamentalismo religioso, sob à perspectiva do Estado teocrático, que atrairia pouca gente fora do mundo islâmico; e o nacionalismo, sob à perspectiva da consciência étnica (VESENTINI, 2012).

Diferentemente de Huntington, que focaliza a cultura, outros autores abordam as questões econômicas e políticas como o cerne dos conflitos internos e internacionais. Dentre eles, apresentamos o segundo crítico: David Harvey¹¹, para quem o neoliberalismo¹² é uma ideologia política e econômica. Na visão neoliberal, os estados devem colaborar para reduzir as barreiras ao intercâmbio no campo econômico (HARVEY, 2005). Tal argumento, não tem fundamento na teoria de Huntington, pois a presença de diferenças culturais entre as civilizações carrega consigo uma tendência de não cooperação, independente dos interesses em outras áreas.

Por fim, o terceiro crítico é Edward Said¹³. Para o autor, a teoria do choque de civilizações é uma tentativa de justificar a dominação ocidental sobre o mundo islâmico. Huntington baseou-se em uma vaga noção de algo que chamou de “identidade da civilização” e “as interações entre sete ou oito grandes civilizações”, das quais o conflito entre duas delas, o Islã e o Ocidente, recebeu a maior parte de sua atenção (SAID, 2001). A personificação de enormes entidades chamadas "Ocidente" e "Islã" é afirmada de forma imprudente por Huntington, ao colocar questões extremamente complicadas, como identidade e cultura, em um mundo de desenho animado onde dois adversários se batem impiedosamente, com um sempre mais virtuoso, levando a melhor sobre seu adversário (SAID, 2001). O paradigma básico do Ocidente contra o resto (a oposição da Guerra Fria reformulada), foi usado como prova para a teoria do Choque de Civilizações nos terríveis eventos de 11 de setembro de 2001, tendo sido usadas as ideias de Huntington, pelos

¹¹ David Harvey: é um teórico britânico da Geografia, nascido em Jerusalém, professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. Entre inúmeras obras, destaca-se em 2005: “A Brief History of Neoliberalism” (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/search?query=david+harvey>, acesso em: 25 de junho de 2023).

¹² Neoliberalismo: é uma ideologia e um modelo político que valoriza a livre concorrência de mercado como meio de alcançar uma alocação eficiente de recursos. Sua abordagem defende a intervenção mínima do Estado nos assuntos econômicos e sociais, e enfatiza o compromisso com a liberdade de comércio e de capital (HARVEY, 2005).

¹³ Edward Said (1935-2003): foi um professor, crítico literário e ativista político palestino-estadunidense. Escreveu sobre o “Orientalismo”, na qual analisa a visão ocidental do mundo "oriental", mais concretamente do mundo árabe. O autor entende que o Ocidente criou uma visão distorcida do Oriente como o "Outro", numa tentativa de diferenciação que servia os interesses do colonialismo (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/search?query=edward+said>, acesso em: 25 de junho de 2023).

fanáticos criminosos ao reclamarem sobre a superioridade do Ocidente (SAID, 2001). A teoria do Choque de Civilizações, é compreendida por Said, sob uma perspectiva estereotipada e simplificada do mundo islâmico, é uma “versão moderna do antigo orientalismo¹⁴”. Dessa equivalência se conclui que a teoria de Huntington é uma forma de imperialismo cultural que busca legitimar a dominação ocidental.

Todas essas visões sobre a teoria de Huntington, de que é simplista, desmerece os aspectos econômicos em um conflito, ou ainda, tentar justificar uma dominação ocidental, empilham críticas, formando um arcabouço robusto contrário ao que representou sua opinião de mundo pós-guerra fria. No capítulo a seguir, devemos entender a Guerra Civil da Nigéria, nos debruçando sobre as fontes originárias que levaram à eclosão dessa contenda, bem como suas características e localização, que nos permitirá realizar o confronto entre a teoria apresentada neste capítulo e o conflito citado.

¹⁴ Orientalismo é uma forma de representação do Oriente pelo Ocidente, de definir seus contornos, características e vocações à margem dos interesses dos habitantes do Oriente. É uma visão que possui inúmeras perspectivas, analisadas na obra “Orientalismo”, de Edward Said e seu artigo “The Clash of Ignorance” (SAID, 2001).

3 GUERRA CIVIL DA NIGÉRIA (OU GUERRA DE BIAFRA)

O presente capítulo está dividido em quatro seções. Inicialmente realizaremos uma contextualização histórica, econômica, física e cultural da Nigéria, desde sua formação tribal até sua declaração como Estado independente. Na segunda seção, a forma como o Islamismo e o Cristianismo chegaram à Nigéria, ajudará a entender mais um fator na distribuição do povo no território nigeriano. A Revolução Política Africana será abordada na terceira seção, como um marco que transformou o continente africano em um conglomerado de países fracos, heterogêneos e impulsionados pelo anticolonialismo, e contribuiu para o surgimento de diversos Estados independentes (CASTRO, 1981). Por fim, na última seção deste capítulo, a Guerra Civil da Nigéria, propriamente dita, será pormenorizada, iluminando os aspectos que contribuíram para a eclosão do conflito.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

No final da década de 1950, já com o processo de descolonização em curso, a criação do Congresso Nacional Oeste Africano foi uma tentativa frustrada de promover a unidade da África Ocidental. Dentre os motivos do fracasso, deste e outros projetos de união africana, destacam-se dois: a proliferação de líderes nacionalistas e os particularismos tribais (CASTRO, 1981).

A independência dos países africanos depois da 2ª Guerra Mundial (2ª GM), teve origem no fim da 1ª Guerra Mundial (1ª GM), pois a França e a Inglaterra começavam a desaparecer como grandes potências, viabilizando uma marcha para o anticolonialismo. A Liga das Nações, e depois a própria Organizações das Nações Unidas (ONU), representaram uma tribuna para esse anticolonialismo (CASTRO, 1981). Este fenômeno é o que nos leva a entender o processo de independência da Nigéria, ocorrida em 1960. Apesar da ruptura como colônia, a África independente acabava por demandar ajuda econômica e assistência de países externos (CASTRO, 1981). Constatamos uma característica de diversos Estados que se tornaram independentes no continente africano no século XX, os quais apesar de deixarem a condição de colônia, mantinham relações de dependência econômica, necessitando de apoio externo para a manutenção da estabilidade interna.

Os territórios que começaram a se tornar independentes no continente africano, *“não formaram nações, e sim, um espaço geohistórico colonial onde se travavam batalhas entre grupos”*¹⁵. Essa independência trouxe um despertar da África, renascendo os ódios tribais. Um dos exemplos mais sangrentos foi a Guerra Civil da Nigéria ocorrida entre 1967 e 1970, objeto deste trabalho (CASTRO, 1981). Previamente, buscaremos entender as características naturais, políticas, históricas e culturais da Nigéria, que se relacionam diretamente com o conflito.

A Nigéria é um grande país na região da África Ocidental, cobrindo 923.768 km², equivalente a toda a Região Sudeste do Brasil. É o país mais populoso da África, e os resultados do último censo, realizado em 2021, determinaram a população com mais de 213 milhões de pessoas, ultrapassando o Brasil e assumindo a sexta posição¹⁶ (IBGE). Previsões indicam que, em 2050, o país contará com mais de 280 milhões de habitantes (OLIC e CANEPA, 2012).

A geografia diversificada da Nigéria, produz uma ampla variedade de recursos naturais. A riqueza mineral inclui grandes depósitos de carvão, ferro, estanho e columbita, bem como chumbo, cobre e zinco. O país é mais famoso, no entanto, por suas grandes reservas de petróleo, localizadas no delta do Níger, rio considerado a principal artéria de comércio e comunicação na região, e o terceiro mais longo da África, que corre por 730 milhas através da Nigéria (FALOLA e HEATON, 2008). Como potência econômica, o país lidera a Comunidade dos Estados da África Ocidental, uma organização empenhada em mediar e solucionar os conflitos regionais (OLIC e CANEPA, 2012). As riquezas naturais existentes na Nigéria, associadas à sua imensa população, colocam o país em posição de destaque no continente africano, impulsionando-o para uma provável liderança, caso resolva suas contendas internas e forme um unitário sentimento nigeriano.

As fronteiras da atual Nigéria foram estabelecidas em 1914, pelos colonizadores britânicos. Entretanto, as histórias dos povos que compõem a política nigeriana remontam há muitos séculos (FALOLA e HEATON, 2008). E esse legado é muito importante para entender as diferenças tribais, culturais e religiosas das diversas regiões do país. Quando as forças britânicas colocaram a Nigéria sob o domínio colonial, no final do século XIX e início do século XX, elas adaptaram as instituições políticas locais para atender às necessidades dos

¹⁵ CASTRO, 1981, p.88.

¹⁶ IBGE. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/nigeria>, acesso em: 10 de junho de 2023.

próprios britânicos. Ao invés do governo colonial inglês dividir a Nigéria em vários países, preferiu amalgamar os protetorados do norte e do sul do país, para formar um Estado colonial unificado (FALOLA e HEATON, 2008). No período colonial, os ingleses instituíram o “governo indireto”, caracterizado por um sistema de governo britânico, nucleado por instituições políticas indígenas. Dessa forma, os ingleses permitiam que chefes e elites locais mantivessem uma certa autoridade limitada, enquanto se submetiam à autoridade de um aparato central de administradores coloniais (FALOLA e HEATON, 2008). O domínio britânico ditava que, uma pequena classe de nigerianos de língua inglesa e educados na Europa, era necessária para ocupar cargos de nível inferior no governo e nos negócios europeus. Essas elites educadas na Europa desfrutavam de um padrão de vida mais alto do que a maioria dos nigerianos (FALOLA e HEATON, 2008). Foram essas elites que começaram a se organizar para pressionar o governo colonial por uma maior representação dos nigerianos, originando os partidos políticos, e por fim, negociando a independência do domínio britânico após a 2ª GM (FALOLA e HEATON, 2008). Concluímos que a estrutura política inglesa adotada para a Nigéria, contribuiu para o nascimento de líderes regionais que atuaram de forma decisiva para a independência do país.

A Nigéria tornou-se independente em 1960, com mais de 250 grupos étnicos dentro de suas fronteiras (CASTRO, 1981). Originalmente, o estado independente da Nigéria foi dividido em três regiões (Fig. 2 – anexo A), com o território da Capital Federal em Lagos¹⁷. No nível estadual, as minorias étnicas temiam a dominação de grupos étnicos maiores: os Hausa-Fulani, os Yoruba e os Igbo. Essas tensões étnicas e religiosas resultaram na Guerra Civil na Nigéria, de 1967 a 1970. O governo independente, pouco fez para mitigar as tensões sociais no país. Na verdade, o controle do governo sempre esteve na raiz das tensões étnicas e religiosas (FALOLA e HEATON, 2008). A República da Nigéria, presidida por um Igbo, o Dr. Azikiwe (1º Presidente), em 1960, caracterizou-se pelas dissidências tribais, onde *“a luta pelo poder tribalizou-se cada vez mais, e o fator étnico tornou-se predominante como elemento desintegrador”*¹⁸ (FELGAS, 1970 apud CASTRO, 1981). Portanto, observamos que os líderes regionais que surgiram a partir da política colonial britânica, reforçavam as diferenças entre as diversas tribos integrantes desse universo nigeriano.

¹⁷ Em 1991, a capital federal foi transferida de Lagos para Abuja (FALOLA e HEATON, 2008).

¹⁸ FELGAS, Hélio. Nigéria Biafra: A maior Guerra entre Africanos. Publicações do EME Lisboa, 1970).

Os três grupos étnicos principais que compõem a maioria da população nigeriana são: os Hausa, localizados nas savanas do norte, representando cerca de 21% da população; os Yorubas, localizados na parte sudoeste do país, representando 20%; e os Igbo do sudeste, representando 17%. (FALOLA e HEATON, 2008). Com relação à formação, os estados Hausa surgiram mais tarde do que a maioria dos outros estados centralizados em outras regiões, com sua ascensão nos séculos XV e XVI. A “idade de ouro” do comércio que atravessava o deserto do Sahara até o norte da Nigéria, é comumente notada como tendo ocorrido entre os séculos XIV e XVI. Durante este tempo, ouro e escravos eram os principais bens comercializados. O ouro tornou-se cada vez mais valioso a partir do século XI, quando muitos Estados islâmicos se voltaram para o ouro como sua principal forma de moeda (FALOLA e HEATON, 2008). Assim, por volta de 1500, os territórios dentro e ao redor da atual Nigéria constituíam uma área dinâmica, caracterizada pela existência de vários poderosos estados centralizados (principalmente os Hausas) e a proliferação de centenas de pequenos estados descentralizados (principalmente os Ibos). Depois de 1500, com o estabelecimento dos europeus na costa atlântica como parceiros comerciais permanentes, esse comércio mudou cada vez mais para um item: escravos (FALOLA e HEATON, 2008). Na Hausalândia¹⁹, o período de 1500 a 1800 foi caracterizado por frequentes guerras entre esses vários estados. Mudanças regionais de poder ocorreram quando os estados lutaram para obter acesso a mercados e rotas comerciais, para cobrar tributos uns dos outros ou para capturar novos escravos para uso doméstico ou exportação (FALOLA e HEATON, 2008). Essa influência do comércio, a partir da presença islâmica no norte da Nigéria, será abordada na próxima seção, como um fator que reforçou diferenças entre os extremos do país.

A Nigéria é, portanto, um conglomerado de centenas de grupos étnicos, muitos dos quais atravessam essas fronteiras arbitrárias, que datam apenas do século XX. (FALOLA e HEATON, 2008). O mosaico étnico que constitui esse país está inserido em uma geopolítica interna que permite definir duas grandes regiões distintas e rivais, o norte muçulmano e politicamente hegemônico, e o sudeste cristão e economicamente próspero (OLIC e CANEPA, 2012). Nesse contexto, apenas sete anos após sua independência, em 1967, a província do sudeste resolveu transformar-se na República Independente de Biafra, desintegrando a Nigéria. O governo oficial, apoiado pela Inglaterra, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

¹⁹ Hausalândia: são os Reinos Hausa – um grupo de pequenas cidades-estado independentes do norte da África Central entre o Rio Níger e o Lago Chad que prosperou entre os séculos XV e XVIII (FALOLA e HEATON, 2008).

(URSS) e OUA, enfrentou a rebelião, resultando na Guerra Civil da Nigéria (CASTRO, 1981), a ser abordada na seção quatro deste capítulo.

Observamos, portanto, que a Nigéria possuía cidadãos estudados na Europa, líderes regionais dispostos a atuar, e grandes reservas de petróleo que a ranqueava como uma grande potência econômica na África. Todavia, nem tudo estava no mesmo lugar. Na próxima seção veremos a influência religiosa sobre as diferentes tribos integrantes da Nigéria.

3.2 O ISLÃ E O CRISTIANISMO NA NIGÉRIA

Durante a expansão do império romano, ocorreu a ocupação da África do Norte, facilitando a propagação do Cristianismo. Porém, o poderio romano começou a decair nos séculos IV e V, encerrando o primeiro período da época mediterrânea no norte da África, no ano de 639, quando entra no Egito os primeiros convertidos ao Islamismo (CASTRO, 1981). Entre 1100 e 1400, o Islã chega ao norte da Nigéria, onde as tribos Hausas habitavam (FALOLA e HEATON, 2008). Esse fato teve como origem pressões políticas e econômicas, pelas quais o Islamismo foi se infiltrando pelo Sahara, chegando até a África Ocidental (CASTRO, 1981). Mercadores muçulmanos contribuem para o surgimento de importantes reinos na África Ocidental, graças ao comércio feito por caravanas. A conversão de monarcas africanos, não só fez o Islã avançar, como também criou uma florescente cultura (OLIC e CANEPA, 2012). Em 1804, inicia a Revolução Islâmica, que resulta na criação do Califado de Sokoto no norte da Nigéria. Este Califado expande as fronteiras do Islã e espalha a religião além das classes dominantes para as pessoas comuns, em uma extensão maior do que existia anteriormente (FALOLA e HEATON, 2008). Essa evolução histórica caracteriza o Islamismo como religião dominante no norte da Nigéria, associando-se principalmente a tribo Hausa e reforçando as diferenças com as tribos Igbos, concentradas no sul do país, como veremos a seguir.

Por outro lado, o Cristianismo ganha novo impulso, com a chegada dos europeus à costa africana no século XV, e a partir do século XVII, a África Ocidental entrava no comércio triangular com a Europa e a América, fornecendo escravos para a colonização americana (CASTRO, 1981). Esse comércio é relevante porque domina as relações entre nigerianos e europeus neste momento histórico. As armas de fogo, que os mercadores de escravos passaram a receber em troca dos seres humanos apesados, facilitavam novas capturas, das

quais a maioria dos escravos vendidos era muçulmana (FALOLA e HEATON, 2008). Os autores mencionam que foi por meio destes escravos muçulmanos, que surgiram os primeiros núcleos islâmicos nas Américas, incluindo aí o Brasil (FALOLA e HEATON, 2008).

A abolição britânica do comércio de escravos, em 1807, impulsiona transformações econômicas, particularmente no sul da Nigéria. O comércio de escravos continuou a existir até cerca de 1850, no entanto, houve o crescimento do comércio “legítimo”, ou comércio de mercadorias não humanas. O item mais importante desse comércio era o óleo de palma, principalmente no comércio interno no sul da Nigéria, experimentando um crescimento nas vendas de exportação desde o final do século XVIII (FALOLA e HEATON, 2008). À medida que os britânicos assumiram o controle político sobre os territórios do sul e do norte da Nigéria, no final do século XIX e início do século XX, o comércio de mercadorias “legítimas” tornou-se a base da economia colonial, e não mais os escravos (FALOLA e HEATON, 2008). Faz-se mister enfatizarmos que esse período, no qual os escravos foram a tônica das relações comerciais entre europeus e nigerianos, também reforçou diferenças entre o norte e o sul da Nigéria, uma vez que a maioria dos escravos era muçulmana, oriundos do norte do país.

Realizada entre o final de 1884 e início de 1885, a Conferência de Berlim²⁰ definiu que não haveria o reconhecimento da posse, sem a efetiva ocupação do território, findando assim o direito histórico e o antigo sistema do Pacto Colonial (CASTRO, 1981). Fazia-se necessária uma missão europeia, como a ocorrida na América, o que resultaria em uma série de conflitos, como no Sahara (entre França e Itália), e por ocasião da abertura do canal do Suez e na África Ocidental (entre França e Inglaterra), tendo os britânicos subtraídos diversos territórios da França, mantendo assim uma posse hegemônica na região, incluída ali a Nigéria (CASTRO, 1981). Antes mesmo da realização da Conferência de Berlim, em 1841, uma expedição ao Níger marcava a primeira tentativa de europeus e cristãos africanos de espalhar o Cristianismo no interior da Nigéria, principalmente no sul do país. Uma nova elite emerge dessa Região Sul, educada em escolas missionárias europeias e compartilhando muitos atributos culturais europeus (FALOLA e HEATON, 2008).

²⁰ Conferência de Berlim de 1884-1885: liderada por Otto von Bismarck, o chanceler alemão delimitou regras e acordos durante a ocupação do continente africano pelas potências europeias. Conhecido também como partilha da África, esse evento oficializou o neocolonialismo que resultou na extensa exploração econômica de colônias africanas pelos países europeus (BRASIL ESCOLA. Conferência de Berlim de 1884-1885. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm>, acesso em: 18 de maio de 2023).

O Cristianismo e o Islamismo, portanto, se tornaram as duas religiões dominantes na Nigéria (FALOLA e HEATON, 2008). Os nigerianos também pertenciam a outras religiões, contudo a grande maioria se identificava com o Islã ou o Cristianismo. Cerca de 50% da população nigeriana é muçulmana sunita²¹. Os muçulmanos estão, portanto, mais concentrados nas savanas do norte. Cerca de um terço de todos os yorubas, localizados no oeste, também são muçulmanos. Os cristãos representam cerca de 40% da população e estão mais concentrados no sul e no cinturão central (FALOLA e HEATON, 2008). As religiões se apresentaram como molduras em torno das diferenças culturais entre as tribos que habitavam a Nigéria. Essas tribos serão caracterizadas na seção quatro deste capítulo, ao abordarmos a guerra civil propriamente dita.

3.3 A REVOLUÇÃO POLÍTICA AFRICANA

Em 1951, ocorreu o início da Revolução Política Africana com a decisão da ONU em transformar a Tripolitânia²² no Reino da Líbia. Após a 2ª GM, os demais territórios africanos, que pertenciam à Alemanha e à Itália, também teriam seus destinos definidos, repartidos em sua maioria, entre França e Inglaterra (CASTRO, 1981).

Ideologicamente, o Comunismo era uma força política, que saiu da 2ª GM de forma bem diversa do que ocorrera na 1ª GM, uma vez que o desempenho da Rússia havia sido bem diferente, tendo saído vencedora ao lado dos EUA, França e Inglaterra. Apesar de não ter sido decisivo, o Comunismo contribuiu para uma repulsa na atração pelos valores ocidentais nos recém-formados países africanos. Dessa forma, um nacionalismo exacerbado, exerceu uma barreira aos valores ocidentais nesses países. No contexto da Revolução Política Africana, conforme citado na introdução deste capítulo, o continente africano se transformou em um conglomerado de países fracos e heterogêneos, com questões nacionais e regionais a serem resolvidas (CASTRO 1981). Foram os territórios administrados pela Inglaterra, os primeiros a entrar no processo de independência. A política colonialista inglesa tinha como preocupação fundamental os laços econômicos. Assim, a administração era

²¹ Sunita: é o ramo mais tradicional e ortodoxo do Islã, sendo a maioria entre os muçulmanos. Defende um sistema jurídico islâmico claramente codificado e veneram todos os profetas mencionados no Alcorão, mas particularmente Maomé, que é considerado o profeta supremo. (BBC. As diferenças entre sunitas e xiitas. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51068470>, acesso em: 30 de junho de 2023).

²² Tripolitânia: era um Estado-Tampão entre os dois mais poderosos da África – França e Inglaterra (CASTRO, 1981).

secundária, podendo permanecer nas mãos dos naturais da região. Dessa forma, diante do processo do anticolonialismo no continente africano, os ingleses começaram a permitir a independência de suas colônias, visando manter as relações comerciais (CASTRO, 1981). Entendemos que essa preocupação inglesa com o aspecto econômico, sobrepujou qualquer vontade política de organizar sua colônia com vistas a uma transição para um Estado independente.

A colonização dos Estados da África negra²³ (Fig. 3 – anexo A) resultou na criação de fronteiras artificiais entre os territórios africanos, determinadas pelos interesses dos Estados colonizadores, sem considerar a diversidade étnica e cultural existente no continente. Essa reorganização territorial separou povos com origens comuns e, em outras ocasiões, reuniu etnias rivais, resultando em fronteiras intangíveis. (OLIC e CANEPA, 2012). A Guerra Civil da Nigéria, ocorrida entre 1967 e 1970, dentro do tribalismo²⁴, representou o germe do secessionismo. O apoio externo durante o conflito se apresentou de forma diferenciada, como abordaremos na próxima seção. Enquanto a Inglaterra e outros países apoiaram o governo nigeriano de Lagos, outros Estados negros, como Tanzânia, Costa do Marfim, Gabão e Zâmbia se mostraram ao lado da República de Biafra, que buscava a independência do governo nigeriano (CASTRO, 1981). Detectamos uma contribuição do processo de descolonização britânica no aumento das tensões internas. Essa conclusão advém da ausência de preocupação britânica, com as diferenças étnicas e culturais das tribos habitantes no continente africano, e por conseguinte, da Nigéria.

3.4 A GUERRA CIVIL

Realizada a contextualização histórica, a Nigéria torna-se independente do Reino Unido em 1º de outubro de 1960, as perspectivas pareciam promissoras e as expectativas para o futuro do país eram altas, sendo o mais populoso da África e com o potencial de crescimento econômico grande, impulsionado pela descoberta de quantidades comerciais de

²³ África negra: é a região da África que abrange mais de 30 países e está situada abaixo do Deserto do Saara, no continente africano. Também é conhecida como “África Subsaariana”, representando o lar da maioria da população de ascendência africana no continente (CASTRO, 1981).

²⁴ Tribalismo: envolve a posse de uma identidade cultural ou étnica intensa que diferencia os seus membros dos indivíduos pertencentes a outros grupos. Um forte sentimento de identidade é um requisito essencial para a formação de uma sociedade tribal genuína (OLIC e CANEPA, 2012).

petróleo na região do delta do Níger, em 1958 (FALOLA e HEATON, 2008). Até a independência, as inimizadas tribais nigerianas haviam sido mantidas firmemente sob controle, pela exígua administração britânica (VENTER, 2015).

Com a independência, as pessoas dentro das fronteiras da Nigéria passaram a ser conhecidas no mundo como “nigerianos”, contudo, isso pouco importava para a maioria das pessoas que lá viviam, cujas vidas continuaram centradas principalmente em comunidades locais, que existiam há centenas ou milhares de anos (FALOLA e HEATON, 2008). Essa postura minava o desenvolvimento de uma consciência nacional unificada. Isso determinava que o acesso ao poder no nível nacional seria derivado da manutenção do poder no nível regional (FALOLA e HEATON, 2008). Essa composição de poder regional e ausência de identificação unificada do que era ser um nigeriano, aumentou as rixas entre as principais tribos, localizadas no norte e no sul da Nigéria, e acelerou a busca por um poder dominante nacional.

Os três maiores grupos étnicos integrantes da Nigéria, citados na primeira seção deste capítulo, estavam distribuídos por regiões: os Hausas, no norte, os Yoruba, no oeste e os Igbo, no sul e no leste do país. Essas tribos dominavam suas respectivas regiões e passaram a disputar o poder no nível federal, após a independência (FALOLA e HEATON, 2008). Os Hausas e os Yorubás, eram predominantemente muçulmanos, enquanto os Igbos, no sul, eram cristãos. Dessa forma, a Nigéria estava caracterizada de forma explícita: um sul cristão e um norte islâmico (VENTER, 2015).

Com a descoberta do “ouro negro”²⁵ no sudeste do país, os nortistas temiam uma “dominação” do sul, caso o governo do igbo, Dr. Azikiwe, 1º Presidente da Nigéria após a independência, citado na seção um deste capítulo, alocasse mais recursos para as Regiões Ocidental e Oriental mais desenvolvidas, impedindo assim, o desenvolvimento do norte de forma competitiva (FALOLA e HEATON, 2008). Ressaltamos que o maior desenvolvimento do sul, se deve, em parte, à aceitação de seus habitantes durante o período colonial, para a educação oferecida pelas escolas missionárias britânicas. Este fato alavancou o povo igbo, como funcionários empregáveis e do governo, que se espalharam por todo o norte e entre as pessoas de fé muçulmana, que viram os sulistas preencherem os bons empregos (FALOLA e

²⁵ “Ouro negro” da África Ocidental: termo usado em referência ao petróleo, considerado como uma maldição por parte dos nigerianos, e pelo qual ainda no século XXI, há muita disputa sobre quem o possui. Nas décadas de 1980 e 1990, a Nigéria e a República dos Camarões quase entraram em guerra para saber quem é o dono da Península de Bakassi (VENTER, 2015, p.36).

HEATON, 2008). Portanto, a descoberta do petróleo alimentou as chamadas da divisão étnica, do subdesenvolvimento econômico e da corrupção institucional desde a década de 1960 (FALOLA e HEATON, 2008). Constatamos, portanto, que a descoberta do petróleo no leste do país, associado ao desenvolvimento da região sudeste, bem como dos seus habitantes, ao receberem uma formação escolar e profissional de melhor qualidade, também contribuíram para afastar ainda mais as tribos Igbo e Hausa.

Em 16 de janeiro de 1966, ocorreu o primeiro golpe no governo da Nigéria. Os golpistas, em sua maioria igbos, afirmaram que o objetivo era acabar com o tribalismo e a corrupção que caracterizaram a Primeira República (1960-1966). Durante o golpe, foram presos inúmeros primeiros-ministros regionais e assassinado o primeiro-ministro federal (FALOLA e HEATON, 2008). Os assassinatos chocaram a Federação como nenhum outro ato político, antes ou depois da independência, ainda mais por alguns deles serem líderes espirituais islâmicos. Da noite para o dia, os igbos do sudeste foram repentinamente considerados inimigos perigosos do Islã (VENTER, 2015).

O governo foi assumido justamente por um igbo, o Major General Johnson Aguiyi-Ironsi que declarou que não tinha absolutamente nada a ver com o ocorrido em 16 de janeiro (VENTER, 2015). O novo líder buscou estabelecer a lei e a ordem, manter os serviços essenciais, erradicar o regionalismo e o tribalismo, e ainda acabar com a corrupção (FALOLA e HEATON, 2008). Não havia dúvida de que a maioria dos que participaram dos assassinatos eram igbos. O golpe despertou no norte e no oeste do país, um medo geral do domínio igbo, no recém-instalado território da Nigéria (VENTER, 2015). A desconfiança se confirmou na forma do Decreto, em que aboliu oficialmente o sistema federal e o substituiu por um sistema unitário (FALOLA e HEATON, 2008).

Alguns meses depois, em maio de 1966, os nortistas iniciaram um contragolpe militar, que se concretizaria em 29 de julho. As tribos Hausas e Fulanis atacaram os igbos que viviam no norte, em um sangrento pogrom²⁶, no qual os igbos foram os alvos: homens, mulheres, crianças, doentes, coxos e idosos, todos foram massacrados aos milhares. O Tenente-Coronel Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu, primeiro-ministro da Região Leste, diante desse

²⁶ Pogrom: termo atribuído à perseguição deliberada de um grupo étnico ou religioso, caracterizando um ataque violento massivo. Historicamente, o termo tem sido usado para denominar atos contra judeus, protestantes, eslavos e outras minorias étnicas da Europa, porém é aplicável a outros casos, a envolver países e povos do mundo inteiro. Não é à toa que o povo Igbo às vezes era chamado de “Os Judeus da África” (VENTER, 2015).

massacre, afirmou que o norte estava sistematicamente tentando matar seu povo e declarou que sua Região tomaria uma atitude (VENTER, 2015). Nascia a semente da ideia de secessão no leste do país. Os igbos já possuíam poder econômico para se separarem da Federação Nigeriana, advindos dos recursos petrolíferos recém-descobertos na região. Com os recursos, os igbos começaram a comprar armas da Europa. Finalmente, em 29 de julho de 1966, um grupo de suboficiais e oficiais do norte realizou um contragolpe, capturando e matando o líder Ironsi. Assumiu então o Tenente-Coronel (mais tarde general) Yakubu Gowon, como comandante supremo das forças armadas e o novo chefe de estado (FALOLA e HEATON, 2008). Gowon teria dificuldade em reconciliar-se com Ojukwu, o governador militar igbo da região Leste. Apesar de Gowon não ser muçulmano, e sim um cristão devoto – sendo chamado, “Cinturão do Meio” (nem do norte, nem do sul) – ele não poderia ser considerado um igbo (VENTER, 2015).

A violência no norte continuou, embora não tão intensa quanto antes porque a maioria dos orientais havia fugido. Os yorubas no oeste, estavam cientes que essas discordâncias eram entre cristãos e muçulmanos, com os militantes islâmicos preponderantes no norte fazendo o que podiam para incapacitar a Nigéria oriental, em grande parte cristã (VENTER, 2015). Há tempos, Ojukwu já ponderava a possibilidade de secessão, alegando que os orientais não estavam mais seguros na Nigéria. A segurança dos igbos na Nigéria e a capacidade ou disposição do governo militar de protegê-los estavam em xeque (FALOLA e HEATON, 2008). Ademais, Ojukwu e seu povo Igbo, argumentavam que as fronteiras do país haviam sido arbitrariamente traçadas pelo governo colonial britânico, um século antes (VENTER, 2015). Portanto, Ojukwu anunciou que a partir de 1º de abril de 1967, o governo da Região Leste assumiria todos os departamentos federais, os impostos e as receitas, tornando a região administrada de forma independente. Gowon respondeu bloqueando a costa e instituindo sanções econômicas contra o leste. Finalmente, em 30 de maio de 1967, Ojukwu declarou a independência da Região Leste, que ele rebatizou de República Independente de Biafra (FALOLA e HEATON, 2008) (Fig. 4 – anexo A).

Dessa forma, iniciou a Guerra Civil da Nigéria, ou como também ficou conhecida, a Guerra de Biafra. O Governo Militar Federal (FMG²⁷) qualificou a guerra como uma “ação policial”, visualizando que não demoraria muito para ser resolvida. Os biafrenses alegaram

²⁷ FMG – é o Governo Militar Federal instituído pelo Tenente-Coronel Yakubu Gowon após o contragolpe militar de julho de 1966 (FALOLA e HEATON, 2008).

durante a guerra, que o objetivo final do Governo Federal era o “genocídio” do povo Igbo, e de certa forma, as ações do governo para preservar a federação nigeriana, pareciam apoiar essa interpretação de Biafra (FALOLA e HEATON, 2008). As características do conflito, assinaladas pelo povo Igbo, remetiam conceitualmente ao que Huntington havia apresentado em sua teoria, segundo um embate entre tribos de culturas diferentes.

Gowon declarou estado de emergência na Nigéria, e anunciou a criação de doze novos estados, com a intenção de isolar os igbos, bloquear a costa e diminuir a economia biafrense. Outra medida, foi a alteração da moeda nigeriana, a fim de inutilizar qualquer dinheiro que Biafra houvesse acumulado para financiar a guerra. Rapidamente a inflação subiu e os alimentos escassearam (FALOLA e HEATON, 2008).

Na época do golpe, James Harold Wilson era o Primeiro-Ministro do Reino Unido, e preocupado com o abastecimento de petróleo da Grã-Bretanha, ameaçado por Biafra se declarar independente, costurou uma aliança com os soviéticos para esmagar o estado separatista, fornecendo ao governo de Lagos todas as armas de que precisava (VENTER, 2015). A URSS visava tornar-se o principal fornecedor de aeronaves ao FMG (FALOLA e HEATON, 2008).

O governo separatista de Biafra ainda obteve alguns sucessos militares iniciais, alcançados pelo exército biafrense, ocupando a Região Centro-Oeste do país, nos primeiros meses da guerra (FALOLA e HEATON, 2008). Porém, o Exército de Biafra hesitou em avançar para Lagos, o que foi o pior erro de Ojukwu na guerra. A cidade estava escancarada e as forças do governo, em desvantagem (VENTER, 2015). Logo depois, as forças do FMG empurraram os biafrenses de volta para as fronteiras do seu próprio território (FALOLA e HEATON, 2008).

O envolvimento internacional na Guerra Civil da Nigéria, sem dúvida, ajudou a prolongar o conflito. A OUA se recusou a reconhecer Biafra e tratou a guerra como um conflito interno da Nigéria. Porém, em 1968, alguns estados-membros dessa Organização – Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia – reconheceram Biafra formalmente (FALOLA e HEATON, 2008). A China, vendo uma chance de desafiar a URSS pela liderança do mundo comunista, também expressou sua simpatia por Biafra, embora tenha havido muito pouco apoio tangível (FALOLA e HEATON, 2008). Comerciantes de armas da França, Holanda, Alemanha e China deram a Ojukwu quase tudo de que precisava (VENTER, 2015). Atores não governamentais internacionais também desempenharam um papel importante na guerra. É

o caso da Igreja Católica, à qual pertenciam muitos biafrenses, que trabalhou de mãos dadas com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para fornecer ajuda humanitária aos biafrenses (FALOLA e HEATON, 2008). Esses apoios permitiram os biafrenses resistirem por mais tempo às investidas de um FMG mais forte. Em janeiro de 1970, Ojukwu fugiu para a Costa do Marfim, alegando que enquanto ele vivesse, a revolução não estaria morta. Finalmente, em 12 de janeiro de 1970, o Major-General Phillip Effiong, a quem Ojukwu havia cedido o poder antes de sua fuga, rendeu-se oficialmente à Gowon, em Lagos (FALOLA e HEATON, 2008).

A Guerra de Biafra tirou a vida de 1 a 3 milhões de nigerianos, principalmente na região leste, e a grande maioria em decorrência da desnutrição. Gowon enfatizou que não haveria vingança, nem reparações após a guerra, e que não havia vencedores ou perdedores na “guerra de irmãos”. O processo de reintegração e reconciliação começou imediatamente, impulsionado por um rápido e enorme crescimento da produção de petróleo na década de 1970 (FALOLA e HEATON, 2008).

Observamos uma crescente tensão entre as tribos Hausa e Igbo a partir da independência, em 1960. A Inglaterra, durante o período colonial, manteve uma Nigéria unificada, e desta forma a diversidade tribal foi amenizada com a política de poder regionalizado. Em contrapartida, permitiu o surgimento de líderes nas diversas regiões.

Concluimos que um país populoso, etnicamente diversificado e com grande potencial econômico representou um palco para a busca do poder nacional. A cultura tribal, oriunda do passado, pautou a separação norte-sul dentro do território nigeriano, sem se descuidar da religião que foi adotada e distribuída pelas tribos com similar orientação espacial. O fator histórico que emoldura a captura de escravos, principalmente islâmicos, deu forma a um ressentimento da tribo nortista, bem como a manutenção de um clima de cautela entre as tribos minoritárias, quanto à intenção de dominação de qualquer uma das tribos maiores. Por fim, o apoio externo aos partidos beligerantes, durante a Guerra de Biafra, guardaram interesses econômicos e em nada se aproximaram a afinidades culturais ou religiosas.

No próximo capítulo, realizaremos um confronto de todos os conceitos advindos da teoria do Choque de Civilizações, com as características e os fatos observados e analisados referente à Guerra de Biafra.

4 O CONFRONTO ENTRE A TEORIA E A REALIDADE DA GUERRA CIVIL DA NIGÉRIA

Discorreremos nos capítulos anteriores, a teoria de Huntington, buscando entender conceitualmente o que é o choque entre civilizações e o que seriam essas civilizações propriamente ditas. Adicionalmente, também analisamos a Guerra Civil da Nigéria, a fim de chegarmos a este ponto do trabalho com todas os dados necessários para um confronto, entre o que versa a teoria citada e a realidade observada no conflito, a fim de verificarmos se o conflito tem aderência à teoria.

Na primeira seção, analisaremos se a localidade onde se deu o conflito é uma linha de fratura, conforme conceitua Huntington, em sua teoria. Na seção seguinte, serão analisadas as raízes étnicas, culturais e religiosas das tribos envolvidas e protagonistas da Guerra Civil da Nigéria, a fim de confirmar ou não, diferenças culturais que possam representar fatores essenciais para a eclosão do conflito. E por fim, a terceira seção confrontará a herança colonial deixada pelos britânicos e os interesses econômicos de outros países, com as características observadas nos conflitos intercivilizacionais previstos na teoria de Huntington.

Chegaremos ao fim deste capítulo, com argumentações conclusivas a fim de constatar ou não, face às características da Guerra Civil da Nigéria, se esta possui aderência à teoria do Choque de Civilizações.

4.1 A LOCALIZAÇÃO DA GUERRA

A primeira análise, à luz da Teoria do Choque de Civilizações, é a localização da Guerra Civil da Nigéria. As regiões de contato entre as oito civilizações abordadas por Huntington em sua obra, estão espalhadas pelo mundo, e no caso da África, esta região está representada por uma faixa horizontal que vai da Libéria, na costa ocidental do continente, até a Etiópia, na costa oriental (Fig. 1 – anexo A). Essa faixa transpassa a Nigéria, separando as porções norte e sul do país. Portanto, essa área de contato entre duas civilizações distintas, é uma realidade na Nigéria, onde as tribos Hausa e Igbo estão em lados opostos. A teoria define essa região como a área de contato entre a civilização muçulmana, ao norte e a civilização africana, ao sul – é a linha de fratura. A teoria define também, que três civilizações não possuem um Estado-Núcleo, o qual poderia mediar tais conflitos culturais. E dentre estas

três, estão as duas civilizações presentes na Nigéria, dificultando ainda mais a resolução das diferenças.

Dessa divisão da Nigéria, entre as civilizações muçulmana e africana, emerge uma importante questão: a Nigéria, como unidade, é mais identificada com qual dessas culturas? Essa questão é difícil de responder sob uma ótica religiosa, uma vez que a população é praticamente dividida entre o Islamismo e Cristianismo, que representam as duas principais religiões do país, conforme mencionado no capítulo três. Porém, verificamos que a guerra se originou exatamente nesta linha de fratura, entre hausas e igbos. E indo mais além, abordamos no capítulo dois, que Huntington demonstrou que esses conflitos tendem a ser mais cruéis, sangrentos e longevos, com grande probabilidade de genocídio, o que se confirmou no conflito analisado, face ao tempo de duração e ao número de mortos, na cifra de milhões.

Esses conflitos entre duas civilizações, abordados no capítulo dois, podem ocorrer em dois níveis: local ou global. A Guerra Civil da Nigéria se deu no nível local, sem quaisquer apoios externos em relação ao efetivo combate, que tenham advindos de tribos que se identificavam com as culturas das civilizações envolvidas. Portanto, todo o apoio internacional durante o conflito, concedido a ambas as partes, foi sempre por interesses políticos ou econômicos, o que exploraremos mais a frente, neste capítulo. Concluímos que a característica da “kin-country syndrome”, idealizada por Greenway, e abordada no capítulo dois, não se concretizou, apesar do apoio externo ter contribuído para aumentar o esforço de guerra e prolongar o conflito.

4.2 AS RAÍZES ÉTNICAS, CULTURAIS E RELIGIOSAS

A questão central na teoria abordada neste trabalho, está na diversidade de etnias, como uma identificação primária advinda das raízes históricas. E a partir dessa identificação étnica, é que os indivíduos se agrupam até alcançar as últimas formas de tribos humanas: as civilizações, conforme descrito no capítulo dois. Na Nigéria, eram centenas de tribos diferentes convivendo dentro de uma fronteira política imposta pelo colonizador. Observamos que os ingleses foram hábeis ao manter uma governança “descentralizada”, permitindo uma limitada autonomia para os líderes das tribos e alcançando seus objetivos comerciais. Contudo, após a independência, seria natural que um representante de alguma

dessas tribos assumisse o governo recém-criado, e se instalasse uma instabilidade interna a partir dos anseios das demais tribos, que não alcançaram o poder. Essa constatação ficou materializada no golpe e contragolpe, no Governo Federal, relatados no capítulo três.

As tribos são formadas por indivíduos que compartilham a mesma cultura, com raízes no passado, desde a formação dos seus territórios. No caso da África, constatamos que a formação das tribos, data de muito tempo antes da colonização do continente, e complementa-se com a influência das religiões, a partir do século XII a XV, conforme descrito no capítulo três. A associação da religião à etnia, normalmente não é direta, exceto no caso de uma religião étnica²⁸, que não é observado na Nigéria. O Islamismo foi adotado como religião, principalmente pelos hausas, no intuito de melhorar as condições comerciais, mas também foi adotado pelos yorubas e outras tribos. Assim como o Cristianismo, não era uma religião apenas dos igbos. Contudo, uma vez que observamos que a religião estava associada de uma forma majoritária a algumas etnias, isso reforçava os laços culturais dos semelhantes e afastava as tribos que não seguiam a mesma religião.

Essas análises demonstram que o conflito em estudo envolveu diretamente uma busca pelo poder, a fim de sobrepujar a tribo adversária. Essa conclusão denota uma correlação do conflito com a teoria estudada, a partir do pressuposto que a religião e laços culturais, colocavam os hausas e igbos em civilizações diferentes. Apesar do projeto de independência do país ser de todos, ao considerar Huntington, as diferenças culturais entre civilizações promovem conflitos e não cooperação.

4.3 A HERANÇA COLONIAL E OS INTERESSES ECONÔMICOS

Durante toda a sua história, a África foi influenciada por seus contatos com outras partes do mundo, notadamente a Ásia e a Europa. Entre as questões mais notáveis, estão a disseminação do Islã e do Cristianismo e a imposição do domínio colonial (FALOLA, 2003). Considerando que na seção anterior, analisamos a influência da religião na Guerra Civil da Nigéria, neste momento buscaremos a participação do domínio colonial no conflito em questão.

²⁸ Religião étnica: ocorre quando a integralidade de uma religião está correlacionada aos indivíduos de uma etnia específica. Como exemplo temos o Judaísmo associado aos judeus (GAARDER, HELLERN e NOTAKER, 2001).

A Inglaterra priorizou seus interesses econômicos na forma de exercer seu domínio colonial na Nigéria. Dessa forma, observamos que a metrópole britânica, implantou instituições políticas indígenas, permitindo uma limitada autonomia local, e como consequência, uma ascensão de líderes. Estes, estavam espalhados por toda a Nigéria, presentes em todas as principais tribos. Adicionalmente, uma classe de nigerianos foi à Europa estudar e se habilitar para os melhores cargos públicos, por ocasião do seu regresso à Nigéria. Verificamos que essa classe foi majoritariamente de igbos, mais uma vez, reforçando as diferenças entre as demais tribos.

O descobrimento de grandes reservas de petróleo no delta do rio Níger, permitiu a tribo Igbo um considerável entendimento que possuía em seu território o lastro econômico necessário para sua independência. O comércio de escravos com os parceiros comerciais, principalmente na costa atlântica, também reforçou as diferenças entre tribos, uma vez que a maioria dos escravos capturados eram muçulmanos. Entendemos que enquanto a tribo Hausa sentia-se prejudicada por não possuir um grande poder econômico, apesar de sua hegemonia política, os igbos ascendiam com uma condição superior, e isso causava nas demais tribos, um temor de uma dominação, conforme apresentado no capítulo três.

Constatamos que os apoios externos ao FMG e à República de Biafra, principalmente do Reino Unido, URSS e China, estavam pautados em interesses econômicos e políticos. E nesse ponto, a teoria de Huntington aparentemente perde relação com a Guerra de Biafra. A teoria do Choque de Civilizações relega a segundo plano, as questões econômicas e políticas como fatores contribuintes para a eclosão dos conflitos, focando apenas na diversidade de culturas, conforme critica David Harvey. Contudo, fica evidente no capítulo três, que esses apoios externos não contribuíram para a deflagração do conflito, passando a se materializar com a venda de armamentos apenas após os golpes de 1966.

Os nortistas ao realizarem o contragolpe militar, em 1966, perseguiram e massacraram os igbos que viviam no norte e, ainda, isolaram o sudeste após a declaração de independência da República de Biafra, em 1967. Essa postura demonstrou a manifesta vontade de erradicar a tribo Igbo, como uma característica de conflitos do passado, alinhada com a teoria de Huntington, colocando em xeque até mesmo os direitos humanos. Eram civis sendo assassinados e mortos de fome pelas forças de bloqueio do Governo Federal. Com o agravante da enorme quantidade de crianças mortas, por desnutrição e doenças causadas pela fome (VENTER, 2015).

Concluimos, a partir das evidências apresentadas nas análises deste capítulo, que as tribos Hausa e Igbo, protagonistas da Guerra Civil da Nigéria, são classificadas como integrantes de civilizações diferentes, quais sejam a muçulmana e a africana. Dessa forma, a Guerra Civil da Nigéria tem aderência à teoria de Huntington, por tratar-se de um conflito intercivilizacional, e as suas causas estavam no passado, na formação das tribos, sendo reforçadas pelo aspecto da influência da religião. As tribos não se confrontaram antes, porque não haviam fronteiras artificiais que as obrigassem a uma interação direta. Essas fronteiras artificiais dos Estados africanos vieram com o processo de colonização. Entretanto, no caso da Nigéria, vimos que os britânicos souberam organizar as instituições políticas de forma a manter adormecidas as rivalidades tribais, embora criasse uma “panela de pressão” que explodiria após a independência, em 1960. Portanto, temos na Nigéria todos os ingredientes de um conflito, segundo a teoria do Choque de Civilizações: uma linha de fratura, que atravessa o país exatamente na região onde eclodiram as divergências entre as tribos Hausa e Igbo; raízes étnicas diferentes advindas do passado, durante a formação do continente, que caracterizavam as tribos citadas como pertencentes a culturas diferentes; e uma influência religiosa. Adicionalmente, a forma de colonização britânica acrescentou um ingrediente nessa contenda, com o surgimento de líderes regionais, que reivindicariam suas participações no governo do país, e buscar uma dominação por parte de sua tribo. Cabe ressaltar que a única ressalva a essa conclusão seria uma abordagem sobre a questão econômica, por parte dos países que apoiaram ambos os lados da guerra civil, porém esta questão é exógena à deflagração do conflito, não representando um fator fundamental.

5 CONCLUSÃO

Na busca por uma teoria que explicasse a Guerra Civil da Nigéria, nossa pesquisa selecionou a teoria de Samuel Huntington, que versa sobre o Choque de Civilizações. Portanto, este trabalho se propôs a responder ao seguinte questionamento: a Guerra Civil da Nigéria, ocorrida entre 1967 e 1970, teve aderência ao modelo teórico de Samuel Huntington, o qual define a preponderância dos conflitos, centrados em questões culturais? Para atingir esse objetivo, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, dos quais três foram dedicados ao desenvolvimento.

No capítulo dois estudamos a teoria de Huntington, abordando conceitualmente o significado de “civilizações”, renunciando assim a um padrão único para o que era civilizado, e retendo a ideia de que existem muitas civilizações, justificando o choque entre elas nos conflitos. No modelo, Huntington resume o planeta de forma holística, em apenas oito civilizações existentes. As suas diferenças culturais passam a ser centrais, sobrepujando qualquer ideologia. Em contrapartida, semelhanças culturais pressupõem cooperação. Complementarmente, estudamos a localização desses conflitos, os quais ocorrem sobre as linhas de fratura, nas regiões de contato das diferentes civilizações. Observamos que estes conflitos são caracterizados por serem longos, e buscarem a vitória militar decisiva, transformando-se em uma guerra civil de identidade, podendo escalar um genocídio, conforme descrito na teoria de Huntington. Como a maioria das teorias, esta também recebeu críticas, no que concerne à simplicidade, a desconsiderar fatores econômicos, e ainda, a ser apenas uma justificativa para a dominação ocidental sobre o mundo islâmico.

Buscamos, após o embasamento teórico, entendermos no capítulo três, o que de fato ocorreu na Nigéria, entre 1967 e 1970, durante a guerra civil. Constatamos que as fronteiras impostas pelos colonizadores não respeitavam as delimitações das inúmeras tribos existentes no continente. A Revolução Política Africana resultou no surgimento de diversos países heterogêneos em etnias, como a própria Nigéria. Com a independência do país em 1960, fruto do anticolonialismo que se espalhava pelo mundo, os particularismos das diversas tribos que compunham a totalidade da Nigéria ficaram mais evidentes. Ao estudarmos as tribos, verificamos a predominância de três: os Hausas, os Yorubas e os Igbo. Considerando o passado histórico dessas tribos, adicionado as influências religiosas a partir do século XII, constatamos que as tribos Hausa e Igbo pertenciam a diferentes civilizações, e

a busca pelo poder acabaria desaguando numa tentativa de sobrepujar a tribo adversária. Essa foi a tônica da Guerra de Biafra. Evidenciamos que a tribo Igbo sentia-se proprietária das riquezas encontradas em seu território, e como consequência do processo de colonização, os igbos tinham uma posição de destaque na sociedade nigeriana, impulsionando-os para buscar reverter a hegemonia política da tribo Hausa. Estudamos os dois golpes na busca pelo poder no Governo Federal, após a independência, sendo que no contragolpe, organizado pela tribo Hausa, em 1966, estabeleceu-se um massacre sangrento dos Igbos, levando à declaração de independência da República de Biafra, como uma forma de sobrevivência da tribo sulista.

Confrontamos, no capítulo quatro, a Guerra Civil da Nigéria e a teoria do Choque de Civilizações, sob diversos aspectos. As características da localização do conflito nos mostraram que a linha de fratura, conceituada na teoria, está presente na África, e mais especificamente, passa pela Nigéria, exatamente onde observamos uma segregação tribal entre Igbos e Hausas. Reunimos aspectos da guerra civil, que descrevem exatamente as características dos conflitos intercivilizacionais que Huntington aborda em sua teoria. A Guerra de Biafra foi um conflito longo em duração, e com consequências devastadoras, no que tange ao número e natureza dos mortos. O bloqueio imposto pelo Governo Federal e o massacre contra civis denotaram características de um genocídio e uma grave violação dos direitos humanos.

Com base na teoria de Huntington, buscamos mapear os aspectos culturais que podem ter contribuído para a deflagração do conflito. Dessa forma, observamos que as raízes étnicas e culturais, advindas do passado, foram preponderantes, insufladas pela adoção de religiões e na busca do poder após a independência da Nigéria, objetivando posicionar a sua respectiva tribo, como predominante no cenário nacional. O período colonial teve sua influência, delimitando as fronteiras de forma arbitrária, formando unidades territoriais em desacordo com a distribuição tribal. Esse fato contribuiu para que, no período pós-colonial, as tribos se chocassem diretamente dentro das fronteiras políticas dos países. Ademais, a forma que a Inglaterra conduziu a colônia, numa política regional de autonomia limitada, permitiu o surgimento de líderes nacionalistas, que protagonizaram a independência do país e os embates pelo poder nacional, levando a uma guerra civil.

Por fim, conseguimos responder a nossa pergunta-problema ao confirmarmos que a Guerra Civil da Nigéria, ocorrida entre 1967 e 1970, teve aderência ao modelo teórico de

Samuel Huntington, pois concluímos que esteve presente todas as características de um conflito intercivilizacional. Resumidamente, o conflito ocorreu na região de uma linha de fratura, caracterizado por um embate principal entre duas tribos com raízes culturais e laços religiosos diferentes, que conviviam dentro de uma fronteira política artificial. Adicionalmente, o conflito teve uma duração considerável, no total de três anos e milhões de mortos, numa busca de erradicar a tribo oposta. Chegamos ao final deste trabalho, com a conclusão que os fatores culturais foram preponderantes para o desenvolvimento da Guerra Civil da Nigéria.

Esta dissertação vislumbra uma sugestão de possível futura linha de pesquisa, a partir do pressuposto da teoria do Choque de Civilizações, a qual determina que a América Latina compõe uma única civilização. Outrossim, esse pressuposto da teoria, associado a ideia de um “pacifismo unilateral” que dificulta a identificação de ameaças ao Brasil (PEM 2040), nos leva a um possível entendimento de que uma deflagração de conflito armado envolvendo o Brasil, é praticamente inexistente. Contudo, verificamos durante nossa pesquisa, a influência africana na origem do Islamismo no Brasil. Portanto, entender como o Islã penetrou na sociedade brasileira, assim como a influência de outras civilizações, por serem diferentes da latino-americana, poderá contribuir para mapear os nichos culturais presentes no continente, a fim de prever futuros conflitos internos.

Ao confirmarmos a aderência da Guerra Civil da Nigéria à teoria do Choque de Civilizações, este trabalho reforça a importância de não negligenciarmos a influência das raízes culturais em todas as relações internacionais, quer seja no campo econômico, político, ou mesmo, social.

REFERÊNCIAS

BBC. *As diferenças entre sunitas e xiitas, que explicam boa parte dos conflitos no Oriente Médio*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51068470>> Acesso em: 24 de junho de 2023.

BRITANNICA. *Jean Jacques Rousseau*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/search?query=rousseau>>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

_____. *Muslim*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/dictionary/Muslim>>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

_____. *Samuel Huntington*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/search?query=samuel+huntington>>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

CASTRO, Therezinha de. *África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução: Luís Carlos Borges Silvana Vieira. Fundação Editora da UNESP, São Paulo-SP, 1991.

FALOLA, Toyin. *The Power of African Cultures*. University of Rochester Press, New York, 2003.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. *A History of Nigeria*. Cambridge University Press, New York, 2008.

FEDERAL REPUBLIC OF NIGERIA. *People*. Disponível em: <<https://statehouse.gov.ng/people/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

FRONTEIRAS. *Pensadores*. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/descubra/pensadores/exibir/terry-eagleton>>. Acesso em: 24 junho 2023.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History?* THE NATIONAL INTEREST, Summer 1989. Disponível em: <<http://www.kropfpolisci.com/exceptionalism.fukuyama.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Ed. Rocco, Rio de Janeiro - 1992.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O Livro das religiões*. Tradução: Isa Maria Lando. Cia das Letras, São Paulo, 2001.

GREENWAY, Hugh David Scott. *The Kin-Country Syndrome*. Disponível em: <http://bostonglobe.newspapers.com/?query=kin%20country&dr_year=1992-1992>. Acesso em: 06 maio 2023.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press. New York, 2005.

Herz, Mônica (1997). *Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/YgDB7pDqDTnKjFYdXvwB9yh/#>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations?*, 1993. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20070629022856/http://www.foreignaffairs.org/19930601faessay5188/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations.html>>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 2011.

IBGE. *Países: Nigéria*. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/nigeria>>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

NEVES, Daniel. *Conferência de Berlim de 1884-1885*. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm>>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. *África: Terra, Sociedades e Conflitos*. Ed. Moderna, São Paulo-SP, 2012.

Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040). Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF, 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução: Rolando Roque da Silva. Ed. Ridendo Castigat Moraes, 2002.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Ed. Schwarcz Ltda, 2001.

SAID, Edward. *The Clash of ignorance*. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/archive/clash-ignorance/>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

VENTER, AL. J. *Biafra's War 1967-1970, A tribal conflict in Nigeria than left a million dead*. Helion & Company Limited. Solihull, UK, 2015.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. Ed. Contexto, São Paulo-SP, 2012.

ANEXO A - FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das Civilizações, segundo Samuel Huntington.



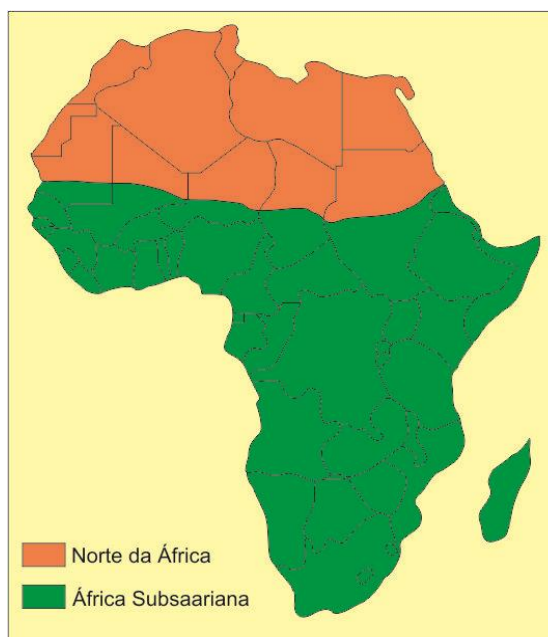
Fonte: HUNTINGTON (2011). *O Choque das civilizações*.

Figura 2 – As três Regiões da Nigéria após a independência, em 1960.



Fonte: A GUERRA DE BIAFRA E SEU LEGADO CONTEMPORÂNEO NA NIGÉRIA. Disponível em: <https://www.doisniveis.com/africa/africa-subsaariana-africa/a-guerra-de-biafra-e-seu-legado-contemporaneo-na-nigeria/>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

Figura 3 – África do Norte e África Subsaariana (ou África Negra).



Fonte: África do Norte e África Subsaariana. Disponível em <https://agorafrica.blogspot.com/2012/09/duas-grandes-regioes-de-contraste.html>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

Figura 4 – República de Biafra



Fonte: International Business Times. Disponível em: <https://www.ibtimes.co.uk/biafra-protests-nigerian-army-warns-those-threatening-dismember-country-1529196>. Acesso em: 02 de julho de 2023.